

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	75
--	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	78
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	363.558
Preferenciais	0
Total	363.558
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	1.991.926	1.881.270	1.808.321
1.01	Ativo Circulante	112.062	68.001	66.126
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.936	10.408	10.667
1.01.02	Aplicações Financeiras	81.420	25.224	28.532
1.01.03	Contas a Receber	15.173	21.586	18.615
1.01.03.01	Clientes	15.173	21.586	18.615
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.265	1.036	772
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.265	1.036	772
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.063	6.735	4.763
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.205	3.012	2.777
1.01.08.03	Outros	1.205	3.012	2.777
1.02	Ativo Não Circulante	1.879.864	1.813.269	1.742.195
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.882	26.619	16.717
1.02.01.07	Tributos Diferidos	30.954	23.857	12.425
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.954	23.857	12.425
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	929	2.949
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	382	0	0
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	382	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.546	1.833	1.343
1.02.03	Imobilizado	2.728	3.637	2.701
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.728	3.637	2.701
1.02.04	Intangível	1.843.254	1.783.013	1.722.777
1.02.04.01	Intangíveis	1.843.254	1.783.013	1.722.777
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.843.254	1.783.013	1.722.777

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	1.991.926	1.881.270	1.808.321
2.01	Passivo Circulante	1.120.840	1.093.302	1.087.100
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.449	7.299	8.008
2.01.02	Fornecedores	8.923	15.048	30.811
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.923	15.048	30.811
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.535	4.668	4.679
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.556	2.151	1.916
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12	177	141
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.967	2.340	2.622
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.017.791	982.092	983.442
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.006.325	982.092	983.442
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.006.325	982.092	983.442
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	11.466	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	83.142	84.195	60.160
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	80.439	79.523	54.558
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	80.439	79.523	54.558
2.01.05.02	Outros	2.703	4.672	5.602
2.02	Passivo Não Circulante	566.015	469.777	382.303
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.612	0	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	7.612	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	431.372	368.378	340.825
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	430.147	364.593	337.298
2.02.02.02	Outros	1.225	3.785	3.527
2.02.04	Provisões	127.031	101.399	41.478
2.02.04.02	Outras Provisões	127.031	101.399	41.478
2.03	Patrimônio Líquido	305.071	318.191	338.918
2.03.01	Capital Social Realizado	363.558	363.558	363.558
2.03.04	Reservas de Lucros	388	388	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	388	388	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-58.875	-45.755	-24.640

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	499.486	494.896	498.490
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-265.126	-308.974	-315.535
3.03	Resultado Bruto	234.360	185.922	182.955
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-40.401	-20.666	-20.004
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.315	-21.645	-20.087
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.086	979	83
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	193.959	165.256	162.951
3.06	Resultado Financeiro	-213.890	-196.831	-162.438
3.06.01	Receitas Financeiras	3.346	2.016	2.077
3.06.02	Despesas Financeiras	-217.236	-198.847	-164.515
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-19.931	-31.575	513
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.965	10.848	-287
3.08.01	Corrente	-52	-584	0
3.08.02	Diferido	7.017	11.432	-287
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-12.966	-20.727	226
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-12.966	-20.727	226
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,03566	0,05701	6,21630

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-12.966	-20.727	226
4.03	Resultado Abrangente do Período	-12.966	-20.727	226

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	186.303	131.929	114.890
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	253.899	259.707	238.778
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.582	-30.133	-17.307
6.01.03	Outros	-62.014	-97.645	-106.581
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-149.266	-84.697	-111.267
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-43.509	-47.491	662
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.472	-259	4.285
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.408	10.667	6.382
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.936	10.408	10.667

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	388	-45.755	0	318.191
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	388	-45.755	0	318.191
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.120	0	-13.120
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.966	0	-12.966
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-154	0	-154
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-154	0	-154
5.07	Saldos Finais	363.558	0	388	-58.875	0	305.071

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	0	-24.640	0	338.918
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	0	-24.640	0	338.918
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.727	0	-20.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.727	0	-20.727
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	388	-388	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	388	-388	0	0
5.07	Saldos Finais	363.558	0	388	-45.755	0	318.191

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	313.558	0	0	-24.866	0	288.692
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	313.558	0	0	-24.866	0	288.692
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.000	0	0	0	0	50.000
5.04.01	Aumentos de Capital	50.000	0	0	0	0	50.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	226	0	226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	226	0	226
5.07	Saldos Finais	363.558	0	0	-24.640	0	338.918

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	536.798	532.348	532.852
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	446.173	436.666	405.105
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	90.625	95.682	127.747
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-205.476	-253.993	-265.487
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-90.625	-95.682	-127.747
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-67.293	-99.781	-67.146
7.02.04	Outros	-47.558	-58.530	-70.594
7.03	Valor Adicionado Bruto	331.322	278.355	267.365
7.04	Retenções	-46.014	-35.465	-29.781
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-46.014	-35.465	-29.781
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	285.308	242.890	237.584
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-8.740	2.995	2.225
7.06.02	Receitas Financeiras	3.346	2.016	2.077
7.06.03	Outros	-12.086	979	148
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	276.568	245.885	239.809
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	276.568	245.885	239.809
7.08.01	Pessoal	36.908	33.644	33.575
7.08.01.01	Remuneração Direta	30.514	27.917	28.543
7.08.01.02	Benefícios	4.039	3.720	3.127
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.355	2.007	1.905
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.130	32.565	40.481
7.08.02.01	Federais	13.583	11.403	20.991
7.08.02.02	Estaduais	203	278	194
7.08.02.03	Municipais	21.344	20.884	19.296
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	217.496	200.403	165.527
7.08.03.01	Juros	217.081	198.700	163.243
7.08.03.02	Aluguéis	330	1.606	1.520
7.08.03.03	Outras	85	97	764
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-12.966	-20.727	226

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-12.966	-20.727	226

Relatório da Administração

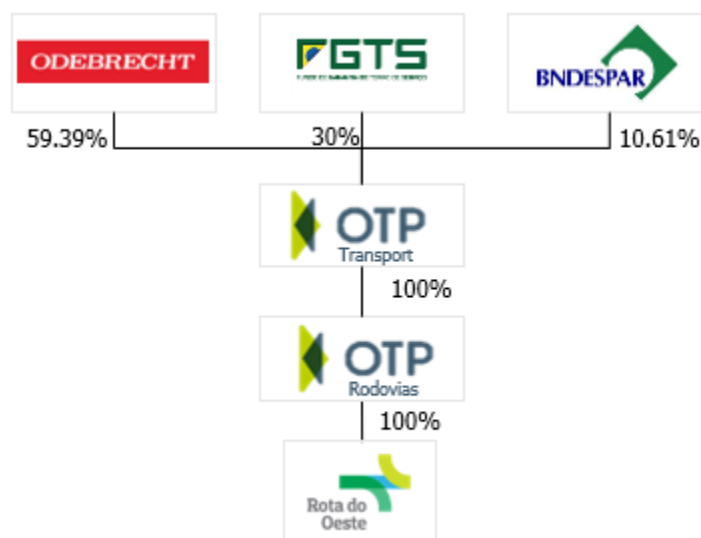
Aos Acionistas

Para apreciação de V.Sas., a seguir está sendo apresentado o Relatório da Administração (RA) da Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO ou Companhia ou Concessionária) acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório do Auditor Independente, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com o conteúdo considerado relevante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da CRO, incluindo a apresentação do balanço social.

Esse Relatório de Administração está sendo apresentado com informações relevantes adicionais (indicadores técnicos, operacionais e sociais e outras) para melhor atendimento a todos os nossos usuários, incluindo o atendimento de boas práticas de apresentação, considerando também as disposições estabelecidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

1. Introdução

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A., conforme organograma abaixo:








A Concessionária foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

Através do Contrato 003/2013” assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, a concessionaria se compromete com a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação,

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário da BR 163/MT, no prazo e condições estabelecidos no contrato e PER.

1.1. Destaques de 2019

-  Crescimento de tráfego 2% frente 2018;
-  EBITDA ajustado de R\$ 271.713 mil, aumento de 7% sobre 2018 e margem EBITDA de 66%;
-  Total investido em Obras de recuperação e Melhorias em Infraestrutura de R\$ 90.625 mil;
-  Total de R\$ 24.333 mil recolhidos em impostos sobre receitas e serviços contratados (ISSQN) aos 19 municípios localizados na faixa de domínio de distribuídos;
-  A Companhia aferiu prejuízo no período de R\$ 12.966 mil.

1.2. Perspectivas

A Administração da Companhia vem envidando todos os esforços necessários para gestão e adequação das suas necessidades de caixa e situação de endividamento, mediante: (a) prorrogações de vencimentos de relevantes dívidas com BNDES e CEF para o exercício de 2020; (b) prorrogações dos vencimentos das dívidas com partes relacionadas, destacadamente os mútuos; e (c) busca de alternativas para a reestruturação de sua dívida por meio da troca de controle acionário e a consequente contratação de novas linhas de crédito para a conclusão das obrigações previstas no Contrato de Concessão, diante dos significativos efeitos da deterioração do cenário econômico e político do País, que trouxeram implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos seus acionistas, e que contribuíram para a interrupção das negociações com BNDES, principalmente para contratação do empréstimo de longo prazo, nas condições planejadas inicialmente pela Administração da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está discutindo a celebração de um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-Rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto ao Crédit Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como atuais fiadores e futuros credores do empréstimo contratado junto ao BNDES.

Também como esforço relevante da readequação das suas obrigações de investimentos, e exercício da boa prática de governança corporativa, a Administração da Companhia está em negociação junto à ANTT para buscar o reperfilamento dos investimentos previstos no Contrato de Concessão, em especial, das obras de duplicação e melhorias, por meio de proposta de Plano de Cura do Contrato solicitado pela ANTT.

Até obtenção dos resultados dos referidos esforços, a Administração da Companhia vem efetuando um rigoroso controle e gestão dos recursos provenientes das suas operações de pedágio e acessórias para a adequada operacionalização e funcionamento da Rodovia, com apresentação de excelentes indicadores operacionais e de qualidade.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A Companhia espera redução das suas receitas e do EBITDA, decorrente dos efeitos da paralisação das atividades econômicas mundiais, incluindo o país, provenientes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), não sendo possível, nas atuais circunstâncias, mensurar tal impacto no tráfego da Rodovia, nas suas receitas, custos e despesas operacionais.

2. Desempenho Econômico Financeiro

2.1. Mercado

A BR-163/MT é uma rodovia com papel bastante significativo para o corredor de transporte rodoviário do país, principalmente no que se relaciona ao transporte de cargas e mercadorias dos setores agrícola e pecuário. A região é um polo produtor de soja, milho e algodão, além de importante na criação de gado, uma vez que cruza o estado de Mato Grosso, um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil e líder na produção de grãos.

A economia do Estado do Mato Grosso tem apresentado expansão acelerada nas últimas três décadas, bem superior à média do País. Segundo dados do IBGE (2017) o PIB per Capita de Mato Grosso foi de R\$ 37,9 mil, enquanto do Brasil foi de R\$ 31,8 mil.

O principal motor do crescimento econômico do Estado foi e deve continuar sendo o agronegócio voltado ao mercado externo, haja vista a grande competitividade da produção local, associada ao fato de Mato Grosso representar a principal fronteira agrícola do País.

Os principais destaques são as cadeias da (i) soja (28%), (ii) milho (31%), (iii) bovinos (14%) e (iv) algodão (67%), incluindo a geração de valor adicionado dentro da indústria de alimentos e biocombustíveis.

2.2. Receita

A receita operacional bruta em 2019 foi de R\$ 536.798 mil, aumento de 1% comparado a 2018, oriundos da arrecadação de pedágio, pelas receitas acessórias e outras e receita de construção, conforme ICPC 01-R1. Adicionalmente, a receita líquida em 2019 atingiu R\$ 499.486 mil, crescimento de 1%, face ao mesmo período de 2018.

Receita (em milhares de reais)			
Descrição	2019	2018	Var. (%)
Receitas de Pedágio	441.113	424.502	4%
Receitas Acessórias e Outras	5.060	12.181	-58%
Receita de Construção ICPC 01 (R1)	90.625	95.682	-5%
Receita Bruta	536.798	532.365	1%
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(37.294)	(37.452)	0%
Outras deduções	(18)	(17)	6%
Receita Líquida	499.486	494.896	1%

O crescimento das Receitas de Pedágio se deve sobretudo pelo aumento de 2% dos veículos pagantes (VEP), quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A redução de 58% em 2019 das Receitas Acessórias refere-se aos recebimentos de clientes em atraso de anos anteriores, cujos reconhecimentos se deram no ano de 2018, aumentando significativamente a receita daquele ano. No ano corrente, as Receitas Acessórias e Outras apresentaram uma normalidade dos recebíveis.

A Receita de Construção ICPC 01 (R1) apresentou queda de 5% se comparado a 2018.

2.3. Tráfego

Em 2019, o tráfego pagante alcançou um total de 92.707 mil em VEP, composto de 89% de veículos pesados e 11% de veículos leves, sendo 2% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, que foi de 91.150 mil VEP.

O Crescimento do tráfego pode ser explicado pelo maior volume de exportações que ocorreram em 2019 comparado ao ano anterior com a soja, milho e algodão oriundos de Mato Grosso, com destaque para as exportações mato-grossenses de algodão (106%) milho (32%) e soja (2%)

VEP (em milhares)			
Categoria	2019	2018	Var. (%)
Pesado	82.206	81.528	1%
% Veículos Equivalentes Pagantes	89%	89%	-
Leve	10.501	9.622	9%
% Veículos Equivalentes Pagantes	11%	11%	-
Total VEP¹.	92.707	91.150	2%

¹ Veículos Equivalentes Pagantes ("VEP") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes).

Em termos de veículos absolutos (VAB), em 2019 passaram 24.707 mil de veículos nas nove praças de pedágio e este volume foi 4% superior aos 23.758 mil registrados no ano anterior.

Quanto as tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária Rota do Oeste S.A. são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A partir de setembro de 2018, a tarifa média praticada pela CRO em suas praças de pedágio foi de R\$ 5,11 a cada 100 quilômetros, sem variação quando comparado à Tarifa Média praticada no ano anterior, devido a medida Cautelar de Congelamento de Tarifa.

2.4. Custos e Despesas

Os Custos e Despesas, considerando provisões e depreciação, totalizaram R\$ 293.441 mil no período de 2019, ocorrendo uma redução de 11% em relação ao período de 2018.

Já observando os custos e despesas sem impacto ICPC e Depreciação, totalizou R\$ 137.148 mil, contra R\$ 146.011 mil do ano anterior, o que levou uma eficiência de 6%.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Custos e Despesas (em milhares de reais)			
Descrição	2019	2018	Var. (%)
Custos dos serviços	(115.274)	(124.728)	-7,6%
Custos de obra de infraestrutura	(90.625)	(95.682)	-5,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(21.874)	(21.283)	2,8%
Provisões	(19.654)	(53.461)	-63,2%
Depreciação e Amortização	(46.014)	(35.465)	29,7%
Total Custos e Despesas	(293.441)	(330.619)	-11%

2.5. EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado (em milhares de reais)			
Descrição	2019	2018	Var. (%)
Resultado líquido do período	(12.966)	(20.727)	-37%
(+/-) Impostos (IR/CS)	(6.965)	(10.848)	-36%
(+/-) Resultado Financeiro	213.890	196.831	9%
(+/-) Outras Receitas e Despesas	12.086	(979)	-1335%
(+/-) Depreciação / Amortização	46.014	35.465	30%
(+/-) Provisões	19.654	53.461	-63%
(+/-) Receita de Subvenção Governamental	-	(388)	0%
EBITDA	271.713	252.815	7%

O EBITDA ajustado em 2019, atingiu o montante de R\$ 271.713 mil, registrando elevação em relação ao mesmo período de 2018, de 7%. Os ajustes foram realizados em função dos itens não impactarem a geração de caixa da Companhia, de acordo com ICPC 01.

O Resultado Financeiro apresentou aumento de 9%, devido ao aumento das despesas financeiras de R\$ 18.389 mil geradas a partir das aplicações de recursos da Companhia. Estes recursos são provenientes da reserva do não pagamento de juros referentes ao contrato do Financiamento junto à Caixa Econômica Federal, conforme nota explicativa nº 17 das Demonstrações Contábeis da Companhia e Item 2.6 Resultado Financeiro mais adiante.

Outras Receitas e Despesas apresentaram elevação de R\$ 11.107 mil em relação a 2018. Este aumento é reflexo da provisão de redução ao valor recuperável de R\$ 12.014 mil pelo levantamento do inventário, o qual ensejou sobra contábeis e físicas. A Companhia definirá possibilidade de recuperabilidade ou baixa, conforme nota explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis.

2.6. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (em milhares de reais)			
Descrição	2019	2018	Var. (%)
Receitas Financeiras	3.346	2.016	66%
Despesas Financeiras	(217.236)	(198.847)	9%
Resultado Financeiro Líquido	(213.890)	(196.831)	9%

Em 2019 o resultado financeiro líquido da Companhia atingiu o valor negativo de R\$ 213.890 mil, registrando aumento de 9% ante 2018, decorrente da elevação das Despesas Financeiras da Companhia, com destaques para os Juros sobre Empréstimos.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

As Receitas Financeiras apresentaram crescimento em razão do maior volume de aplicações financeiras, resultado de maior saldo de caixa, conforme item 2.5. EBITDA Ajustada.

2.7. Endividamento com Instituições Financeiras

Endividamento (em milhares de reais)			
Descrição	2019	2018	Var. (%)
Dívida Bruta	1.006.325	982.092	2,5%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(85.356)	(35.632)	139,5%
Dívida Líquida	920.969	946.460	-2,7%

Ao final de 2019 o endividamento líquido da Companhia apresentou redução se comparado ao ano anterior, totalizando R\$ 920.969 mil. O valor de Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras apresentou uma variação de 139,5% superior ao ano de 2018, decorrente da aplicação dos recursos que seriam destinados ao pagamento dos juros da dívida junto à CEF, além disso, houve a quitação do valor principal da dívida no BNDES no montante de R\$ 24.243 mil e CEF de R\$ 12.121 mil.

2.8. Investimentos

Durante o ano de 2019, foram investidos R\$ 90.625 mil. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 95.682 mil realizados em 2018, conforme detalhamento a seguir:

TRECHO NORTE - KM 507 AO KM 855
Conservação Especial
Reforma das Praças de Pedágio e Bases SAU's
Assoreamento km 755 - Sorriso
Implantação Marginal 06 - km 821,000 - Sinop
Implantação de Agulhas de acesso e Recuperação de Vias Marginais km 751,000 - Sorriso
TRECHO 108KM - KM 353,5 AO KM 461,7
Conservação Especial
Reforma das Praças de Pedágio e Bases SAU's
ROD. IMIGRANTES -KM 321,3 AO KM 353,5 (BR-070)
Conservação Especial
Reforma das Praças de Pedágio e Bases SAU's
TRECHO SUL - KM 0 AO KM 130
Conservação Especial
Reforma das Praças de Pedágio e Bases SAU's
Tratamento de talude com formação de Erosão - km 056
Duplicação Trecho 2,3 km - Fase 01

2.9. Captação de Recursos

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A Companhia não contratou novos financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, utilizando apenas os recursos operacionais para o desenvolvimento de suas atividades.

2.10. Valor Adicionado

A CRO gerou em 2019, o valor adicionado de R\$ 276.568 mil, representando 52% da Receita Operacional Bruta, o que representa um crescimento de 12,5% em relação a 2018, em que o valor adicionado foi de R\$ 245.885 mil representando 46% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. A distribuição do Valor Adicionado gerado pela Companhia está representado a seguir.

Demonstração do Valor Adicionado	
Item	Distribuição
Pessoal	13,35%
Impostos, Taxas e Contribuições	12,70%
Remuneração de Capital de Terceiro	78,64%
Remuneração de Capital de Próprios	-4,69%
Total	100%

2.11. Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Para fins de atendimento às cláusulas contratuais (*covenants*) do Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças e Outras Avenças, a Companhia não deverá distribuir quaisquer recursos, ativos, bens, direitos em moeda, obrigações ou títulos e valores mobiliários aos seus respectivos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou resgate e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital.

A Concessionária gerou no exercício de 2019 um prejuízo no valor de R\$ 12.966 mil (2018 – prejuízo de R\$ 20.727 mil) não tendo, portanto, retenção de lucros.

2.12. Planejamento Empresarial

A Companhia vem envidando todos os esforços para readequação das suas obrigações de investimentos, e exercício da boa prática de governança corporativa, a Administração da Companhia está em negociação junto à ANTT com o principal objetivo de buscar o reperfilamento dos investimentos previstos no Contrato de Concessão, em especial, das obras de duplicação e melhorias, por meio de proposta de Plano de Cura do Contrato solicitado pela ANTT.

2.13. Gestão pela Qualidade Total

Como forma de demonstrar a capacidade da CRO em atender os requisitos legais e contratuais referentes a meio ambiente e assegurar o compromisso de melhorar continuamente seus processos buscando a máxima eficiência ambiental, a Concessionária obteve a certificação ISO 14.001:2004 e ISO 9001:2008 em 2016, em 2017, conquistou a atualização da versão 2015 das ISOs. Em

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

novembro de 2018 a CRO passou pelo processo de auditoria e em dezembro a recomendação para a recertificação da ISO 14.001:2015 e 9.001:2015. Em 2019, a CRO passou pelo processo recertificação na NBR ISO 9001:2015 e NBR ISO 14001:2015.

2.14. Gestão de Pessoas

A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO"). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou 2019 com o efetivo de 631 integrantes diretos (não inclui estagiários, aprendizes e o Centro de Serviços Compartilhados).

Investiu na intensificação nos treinamentos e Desenvolvimento de Pessoas: QRU CCO, PDI para Controladores Pedágio, Programa Escola de Líderes na Operação, Conecta, Café com Líder na linha, totalizando 672 colaboradores treinados e capacitados, mais de 3.844 horas de treinamento e um montante investido de R\$ 76 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos colaboradores oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

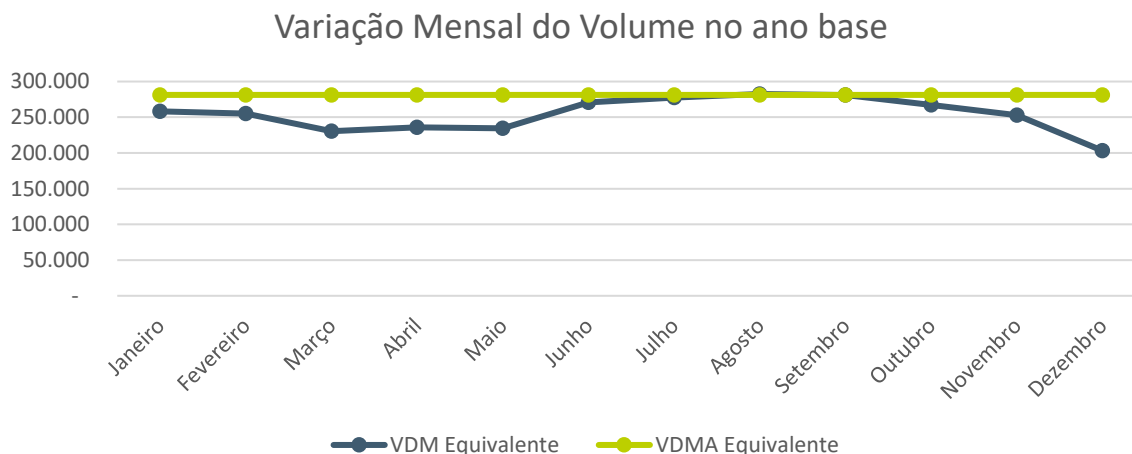
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

3. Indicadores Operacionais

3.1. Caracterização do Tráfego

Volume

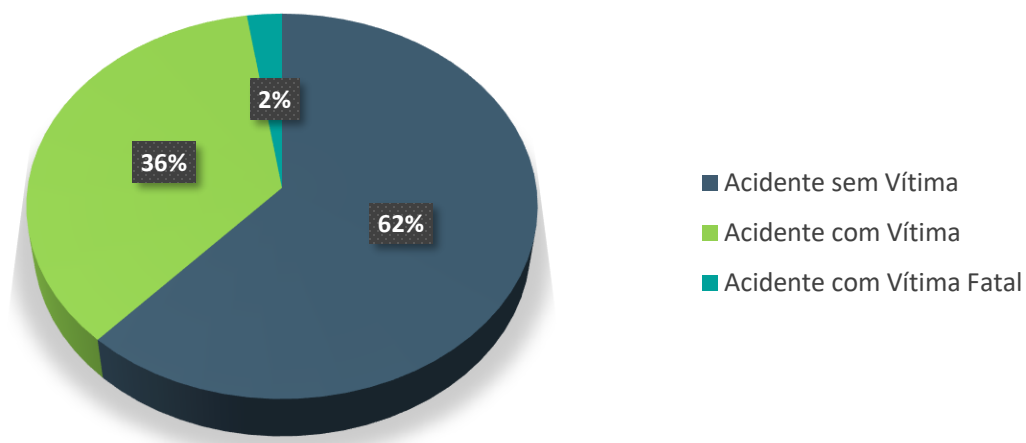
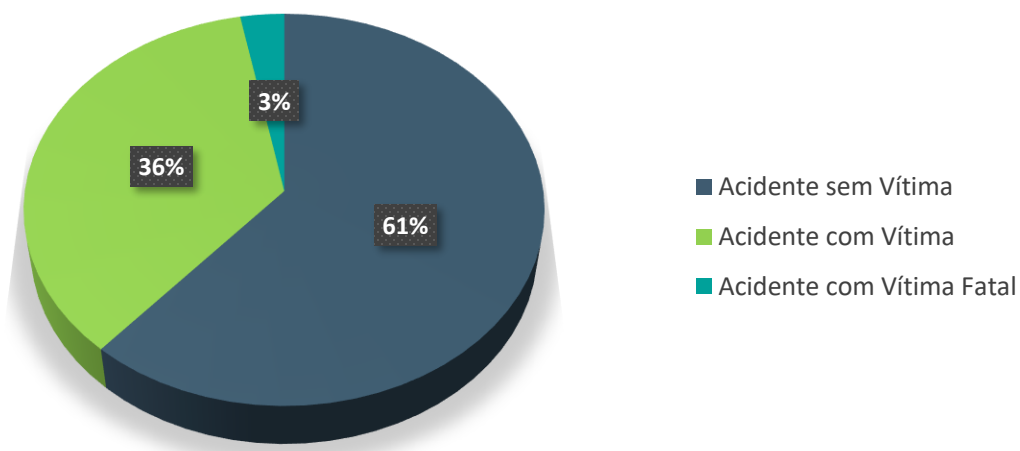
Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente.



3.2. Segurança no Trânsito

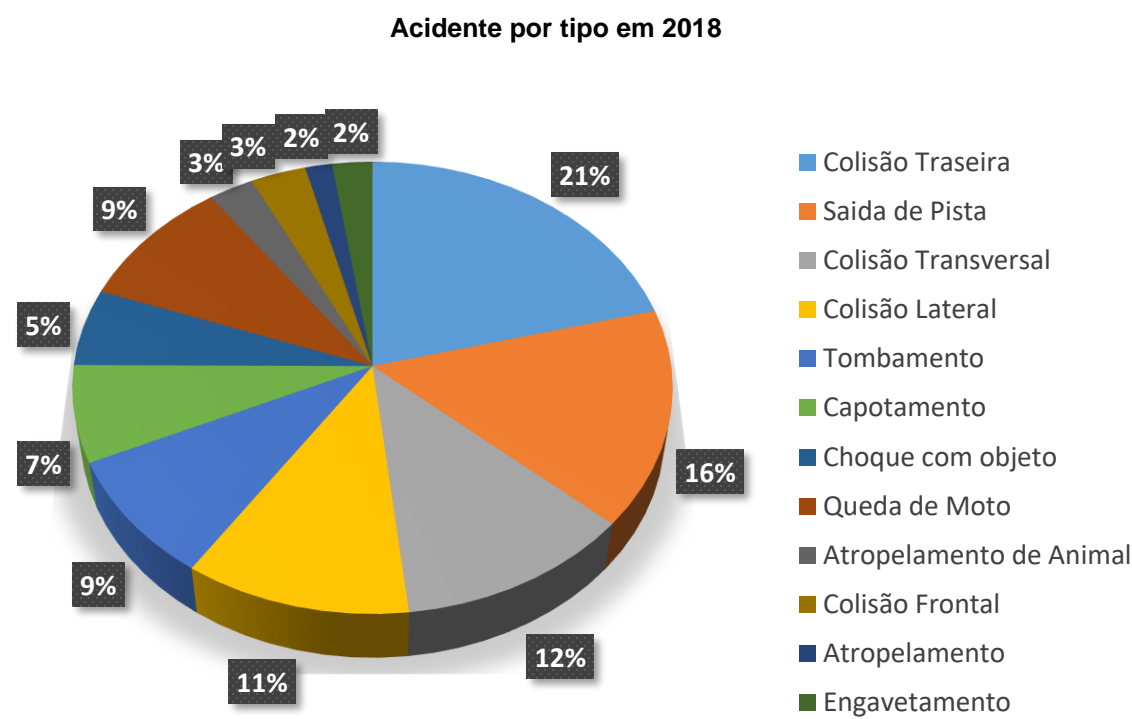
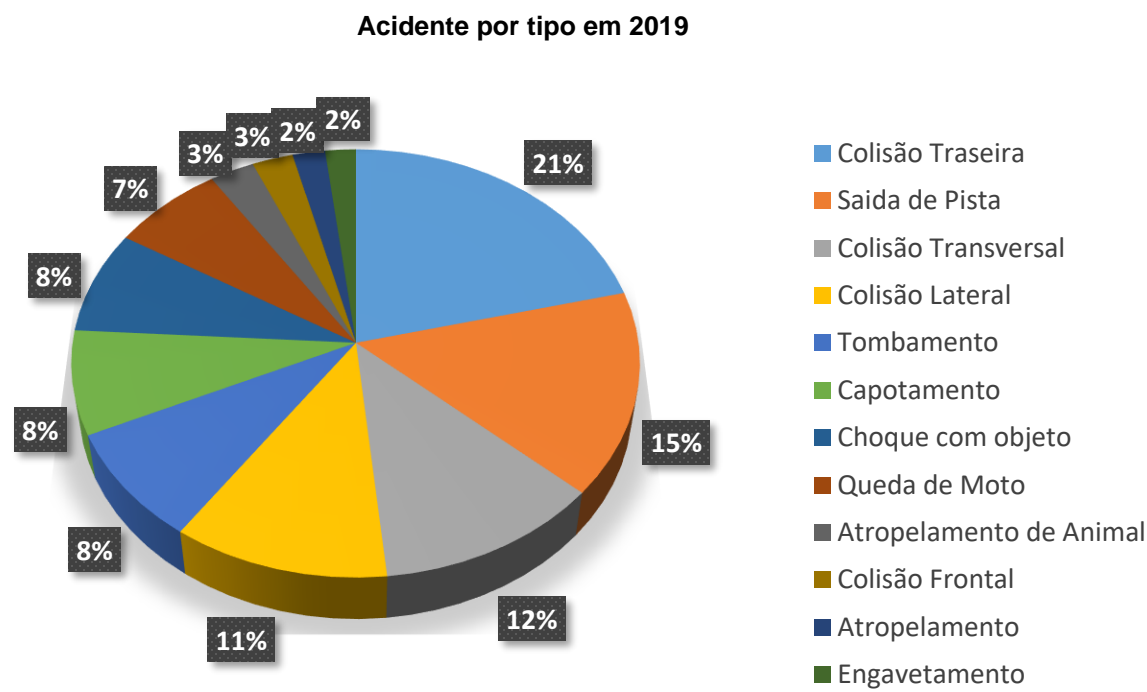
3.2.1. Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**Percentual de acidentes por gravidade em 2019****Percentual de acidentes por gravidade em 2018**

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A figura apresenta valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

3.3. Dados Operacionais da Concessão

3.3.1.Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de Veículos	Quantidade	Quantidade/Km
Ambulância Simples	13	1,5
Atendimento ao usuário	20	2,4
Balança Fixa	1	0,1
Carro de Resgate	5	0,6
Guincho Leve	21	2,5
Guincho Pesado	8	0,9
UTI	5	0,6
Viatura de inspeção	29	3,4
Total de Veículos Operacionais	102	12,0
Administração	13	1,5
Pedágio	6	0,7
Manutenção	24	2,8
Total de Veículos de Apoio	43	5,1
Total de Veículos	145	17

3.3.2.Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Equipe Operação	Quantidade	Pessoas/VDMA
Gerência de Arrecadação	8	0,32
Gerente de Operações	1	0,04
Coordenador de Pedágio	3	0,12
Analista Administrativo	2	0,08
Auxiliar Administrativo	2	0,08
Gerência de Tráfego	2	0,08
Coordenador de Tráfego	2	0,08
Centro de Controle de Operações	22	0,88
Coordenador de Centro de Controle de Operações	1	0,04
Analista de Centro de Controle de Operações	1	0,04
Controlador de Centro de Controle de Operações I	9	0,36
Controlador de Centro de Controle de Operações II	11	0,44
Frota	5	0,20
Coordenador de Frota	1	0,04
Controlador de Frota	1	0,04
Técnico de Manutenção Frota	3	0,12
Praças de Pedágio	293	11,73
Supervisores	5	0,20
Controladores	35	1,40
Operadores de Pedágio	242	9,69
Operador de Pedágio e Pesagem	10	0,40
Supervisor de Pesagem	1	0,04
Bases de Atendimento ao Usuário	197	7,89
Supervisores	8	0,32
Operador de Tráfego I	154	6,17
Operador de Tráfego II	35	1,40
TOTAL	527	21

4. Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados. Individualizar por natureza de receita.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**4.1.1.Receita (em R\$ mil)**

Receita	2019	Acumulado
Receita de Pedágio	441.113	1.772.617
Receita de Acessória	5.060	26.730
Total	446.173	1.799.347

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

4.1.2.Investimentos (em R\$ mil)

Investimento	2019	Acumulado
Adição de Intangível (CPC 01)	90.625	1.897.502
Total	90.625	1.897.502

4.1.3.Custos Operacionais (em R\$ mil)

Custos Operacionais	2019	Acumulado
Custos Operacionais (sem provisões e depreciação)	115.274	486.873
Total	115.274	486.873

4.1.4.ISS repassados (em R\$ mil)

ISS repassados	2019	Acumulado
ISS repassados	24.333	123.599
Total	24.333	123.599

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

4.1.5.Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$ mil)

Multiplicador	Categoria	Itiquira (PP1)	Rondonópolis (PP2)	Campo Verde (PP3)	Sto. Antônio de Leverger (PP4)	Jangada (PP5)	Nobres (PP6)	Nova Mutum (PP7)	Lucas do Rio Verde (PP8)	Sorriso (PP9)
1,0	Categoria 1	R\$ 4,50	R\$ 5,10	R\$ 4,10	R\$ 4,10	R\$ 5,50	R\$ 4,60	R\$ 3,80	R\$ 4,90	R\$ 7,00
2,0	Categoria 2	R\$ 9,00	R\$ 10,20	R\$ 8,20	R\$ 8,20	R\$ 11,00	R\$ 9,20	R\$ 7,60	R\$ 9,80	R\$ 14,00
1,5	Categoria 3	R\$ 6,75	R\$ 7,60	R\$ 6,10	R\$ 6,10	R\$ 8,25	R\$ 6,90	R\$ 5,70	R\$ 7,30	R\$ 10,50
3,0	Categoria 4	R\$ 13,50	R\$ 15,30	R\$ 12,30	R\$ 12,30	R\$ 16,50	R\$ 13,80	R\$ 11,40	R\$ 14,70	R\$ 21,00
2,0	Categoria 5	R\$ 9,00	R\$ 10,20	R\$ 8,20	R\$ 8,20	R\$ 11,00	R\$ 9,20	R\$ 7,60	R\$ 9,80	R\$ 14,00
4,0	Categoria 6	R\$ 18,00	R\$ 20,40	R\$ 16,40	R\$ 16,40	R\$ 22,00	R\$ 18,40	R\$ 15,20	R\$ 19,60	R\$ 28,00
5,0	Categoria 7	R\$ 22,50	R\$ 25,50	R\$ 20,50	R\$ 20,50	R\$ 27,50	R\$ 23,00	R\$ 19,00	R\$ 24,50	R\$ 35,00
6,0	Categoria 8	R\$ 27,00	R\$ 30,60	R\$ 24,60	R\$ 24,60	R\$ 33,00	R\$ 27,60	R\$ 22,80	R\$ 29,40	R\$ 42,00
0,5	Categoria 9	R\$ 2,25	R\$ 2,50	R\$ 2,00	R\$ 2,00	R\$ 2,75	R\$ 2,30	R\$ 1,90	R\$ 2,40	R\$ 3,50
7,0	Categoria 6+1	R\$ 31,50	R\$ 35,70	R\$ 28,70	R\$ 28,70	R\$ 38,50	R\$ 32,20	R\$ 26,60	R\$ 34,30	R\$ 49,00
8,0	Categoria 6+2	R\$ 36,00	R\$ 40,80	R\$ 32,80	R\$ 32,80	R\$ 44,00	R\$ 36,80	R\$ 30,40	R\$ 39,20	R\$ 56,00
9,0	Categoria 6+3	R\$ 40,50	R\$ 45,90	R\$ 36,90	R\$ 36,90	R\$ 49,50	R\$ 41,40	R\$ 34,20	R\$ 44,10	R\$ 63,00
10,0	Categoria 6+4	R\$ 45,00	R\$ 51,00	R\$ 41,00	R\$ 41,00	R\$ 55,00	R\$ 46,00	R\$ 38,00	R\$ 49,00	R\$ 70,00
1,0	Eixos Adicionais	R\$ 4,50	R\$ 5,10	R\$ 4,10	R\$ 4,10	R\$ 5,50	R\$ 4,60	R\$ 3,80	R\$ 4,90	R\$ 7,00

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**5. Concessionária em números**

Dados Anuais e por empresa	Unidade de medida e comentário
Características da Via	
Quilômetros de Rodovia	850,9 km
Número de veículos absolutos que transitaram	Leves: 10,7 milhões Pesados 14 milhões
Número de praças de pedágio	9
Tarifa	R\$ 5,11 / 100 km
Número de quilômetros mantidos	850,9 km
Índice de congestionamento	Não Aplicável
Trânsito médio diário equivalente	254.068
Trânsito médio diário anual equivalente	281.298
Equipes utilizadas pelo concessionário na operação	Gerência de Arrecadação (8); Gerência de Tráfego (2); CCO (22); Frota (5); Praças de Pedágio (293); Bases SAU's (197)
Índices de qualidade da estrada	Dc: 73,92% (bom) IGG: 63,40% (ótimo) IRI: 58,30% (ótimo)
Receita Líquida de Pedágio	R\$ 499.486 mil
Custos dos serviços prestados	R\$ 265.126 mil
Fator Trabalho	
Número de trabalhadores total	631
Despesas de pessoal	R\$ 43,7 milhões
Fator Capital	
Despesas de depreciação	R\$ 48.943 mil
Ativo líquido	R\$ 85.536 mil
Ativo bruto	R\$ 1.845.982 mil
Série histórica dos investimentos	R\$ 1.843.254 mil
Custo de oportunidade de capital	N/A
Fator Intermediários	
Despesas em administração	R\$ 67.293 mil
Despesas em manutenção	R\$ 90.625 mil
Outras despesas	R\$ 47.558 mil
Seguridade	
Quantidade de acidentes	Acidente sem Vítima: 2.198 Acidente com Vítima: 1.144 Acidente com Vítima Fatal: 84
Indicadores	
Receita por KM	R\$ 587 mil/km
Custo por KM	R\$ 312 mil/km

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**6. Balanço Social**

Balanço social em 31 de dezembro de 2019 e de 2018						
(Valores expressos em milhares de reais)						
	31/12/2019			31/12/2018		
1 - Faturamento bruto	Valor			Valor		
Receita líquida (RL)	499.486			494.896		
Resultado operacional (RO)	193.959			165.256		
1.1 - Folha de pagamento bruta (FPB)	Valor			Valor		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	30.514			27.917		
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-			-		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	3.943	12,92%	0,73%	3.691	13,22%	0,69%
Encargos sociais	8.411	27,56%	1,57%	7.515	26,92%	1,41%
Previdência privada	299	0,98%	0,06%	217	0,78%	0,04%
Saúde	3.395	11,13%	0,63%	2.980	10,67%	0,56%
Segurança e Saúde no trabalho	147	0,48%	0,03%	135	0,48%	0,03%
Educação	53	0,17%	0,01%	89	0,32%	0,02%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	76	0,25%	0,01%	143	0,51%	0,03%
Creches ou auxílio creche	4	-	-	-	-	-
Participação os lucros ou resultados	2.638	8,65%	0,49%	2.229	7,98%	0,42%
Outros	69	0,23%	0,01%	73	0,26%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	19.035	62,37%	3,55%	17.072	61,15%	3,21%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	-	-	-	-	-	-
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-
Previdência privada	-	-	-	-	-	-
Saúde	-	-	-	-	-	-

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Segurança e Saúde no trabalho	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	-	-	-	-	-
Creches ou auxílio creche	-	-	-	-	-	-
Participação os lucros ou resultados	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais internos	-	-	-	-	-	-

Tributos (Exceto encargos sociais)	29.074	27.056
Total - Indicadores sociais externos	29.074	27.056

4 - Indicadores ambientais	Valor	Valor
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	2.031	2.336
Investimentos em programas e/ou projetos externos	31	134
Total de investimentos em meio ambiente	2.062	2.470

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% (x) Cumpre de 75 a 100%	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% (x) Cumpre de 75 a 100%
--	--	--

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

5 - Indicadores do Corpo Funcional	31/12/2019	31/12/2018
Nº de colaboradores ao final do período		
	19,15% até 06 meses	16,25% até 06 meses
	10,82% de 06 meses a 01 ano	12,04% de 06 meses a 01 ano
Tempo de serviço	17,40% entre 01 a 02 anos	14,85% entre 01 a 02 anos
	38,45% entre 02 a 05 anos	56,02% entre 02 a 05 anos
	14,04% acima de 05 anos	0,84% acima de 05 anos
Nº de admissões durante o período	206	226
Nº de demissões durante o período	237	218
Nº de colaboradores terceirizados	744	814
Nº de estagiários (as)	2	9
Nº de colaboradores com até 18 anos	28	23
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	131	134
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	485	471
Nº de colaboradores acima de 45 anos	64	66
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	317	306
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,73%	1,30%
Remuneração paga a mulheres no período	-	-
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	25	31
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0,01%	0,01%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	17	12
Total de horas extras trabalhadas	43	50
Total de horas extras pagas	508	549
Total de INSS pagos	5.169	4.553
Total de FGTS pago	2.355	2.007
Total de Contribuição Sindical paga	229	263
Total dos demais encargos sociais pagos	658	637
Total de ICMS recolhidos no período	36	108
Total de IR recolhido no período	124	574
Total de CSLL recolhido no período	2.675	220
Total de PIS recolhidos no período	2.841	2.969
Total de COFINS recolhidos no período	13.111	13.722
Total de outros tributos recolhidos no período	21.511	21.054

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

6 - Exercício da cidadania empresarial	31/12/2019	31/12/2018
Número total de acidentes de trabalho	22	24
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	<input type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	82,72% na Concessionária 2,37% no PROCON 14,91% na Justiça	87,57% na Concessionária 1,26% no PROCON 11,16% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	13% governo -5% acionistas 13% colaboradores 79% terceiros	13% governo -8% acionistas 14% colaboradores 82% terceiros

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

7. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital fechado registrada na categoria “B” perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do plano de negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, deve ser composta de no mínimo dois diretores, e, no máximo, quatro diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente e Diretor Técnico de Engenharia, um Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores. Estes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

A Rota do Oeste implantou, em 2014, um sistema de conformidade, e desde então vem aprimorando-o com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente (“Sistema de Conformidade”). Esse sistema de conformidade inclui: (i) reporte do Responsável de Conformidade ao Conselho de Administração, ii) comitê de ética, com calendário de reuniões periódicas, iii) programa contínuo de capacitação dos integrantes, iv) processo de due diligence de terceiros e o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao código de conduta do fornecedor e à cláusula anticorrupção, v) avaliação de riscos, e vi) auditorias de processos.

8. Responsabilidade Social

1.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

Em 2019 o programa de Responsabilidade Socioambiental realizou os **seguintes projetos**:

1.1.1. Festival Estudantil Temático de Trânsito (FETRAN)

O projeto é voltado para conscientizar toda a população, em especial crianças, adolescentes e jovens, sobre seus direitos e deveres quanto ao uso das vias terrestres.

O objetivo é formar cidadãos mais disciplinados, e termos um bom convívio social por meio de artes cênicas, conscientizando cada indivíduo na busca por um trânsito seguro.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Em 2019 a Concessionária em parceria com a Polícia Rodoviária Federal realizou as ações como, disponibilização de material gráfico para fases municipais do programa e apresentação de peças teatrais e entrega de premiação o qual ao longo do ano o evento atingiu um público de 20 mil pessoas.

1.1.2. Projeto Rota Segura

O projeto tem como objetivo conscientizar e educar estudantes, motoristas e profissionais do transporte para uma direção segura, por meio de palestras e peças teatrais educativas, levar informação para a prevenção de acidentes de trânsito, educando para a importância de uma direção defensiva e segura, capaz de transformar o sistema rodoviário e seu entorno em um espaço seguro para os usuários da Rodovia.

Referente a este projeto, a Concessionária realizou as seguintes ações:

- Foram realizadas atividades tratando sobre a prevenção de acidentes, direção defensiva, educação no trânsito e segurança viária;
- Para o público adulto, foram realizadas palestras educativas em transportadoras e no Exército, localizados nos municípios de Rondonópolis Cuiabá, Várzea Grande e Sinop, envolvendo os temas direção defensiva e trânsito seguro;
- Para o público infantil a abordagem ocorreu com o apoio de um grupo teatral que, de forma lúdica, aplicou jogos e brincadeiras para tratar da temática segurança no trânsito.

O evento atingiu um público de 1.080 pessoas, sendo 920 crianças e 160 adultos.

1.1.3. Projeto Maio Amarelo

O projeto Maio Amarelo, o qual também faz parte do projeto Rota Segura, ocorre paralelo ao movimento internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito, com objetivo de colocar em pauta o tema e mobilizar a sociedade civil em ações de combate à violência no trânsito.

Referente a este projeto, a Concessionária realizou as seguintes ações:

- Foram instaladas faixas educativas em pontos estratégicos da rodovia, compondo uma campanha de comunicação visual, com o objetivo de conscientizar à população, especialmente motoristas e profissionais do transporte, sobre atitudes voltadas para o trânsito seguro;
- Inspeção com o objetivo de intensificar a fiscalização de veículos de cargas na rodovia, a fim de combater a falta de manutenção dos sistemas de freios e suspensão, bem como condutas com excesso de horas trabalhadas pelo motorista profissional, o transporte inadequado de cargas, excesso de peso, dentre outras;
- Foram realizados pela Polícia Federal Rodoviária (PRF) em parceria com a Concessionária Rota do Oeste (CRO). 84 testes de alcoolemia (com abordagem), 08 atuações FPP/Produtos Perigosos, 25 recolhimentos de CRLV, 36 pessoas participaram do cinema rodoviário com o tema "Educação para o Trânsito", 131 pessoas passaram por procedimento de fiscalização, 117 veículos por procedimento de fiscalização e 83 autos de Infração (CTB) com abordagem.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

1.1.4. Projeto Semana Nacional de Trânsito

O projeto Semana Nacional de Trânsito, o qual também faz parte do projeto Rota Segura, ocorre paralelo ao movimento internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito.

O objetivo é colocar em pauta o tema e mobilizar a sociedade civil em ações de combate à violência no trânsito.

Em 2019 a Concessionária realizou instalação de faixas educativas em pontos da rodovia, compondo uma campanha de comunicação visual visando orientar e conscientizar os usuários, especialmente motoristas e profissionais do transporte, sobre atitudes para um trânsito mais seguro, e beneficiando 28.732 mil veículos ao longo da campanha.

2. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, as informações financeiras da Concessionária Rota do Oeste foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes. Durante o período auditado a mesma não prestou outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação do serviço de auditoria foi para o exercício de 2019, pelo valor de R\$ 163.265. As informações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A política da Companhia para a contratação de serviços de auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

3. Agradecimentos

A administração da CRO registra seu agradecimento aos seus integrantes, aos acionistas, aos usuários da rodovia, ao Governo Federal, através da ANTT, às instituições financeiras que apoiam o programa de investimentos e a Polícia Rodoviária Federal que em conjunto se empenham para possibilitar a realização deste empreendimento.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**Conselho de Administração**

Júlio César Duarte Perdigão	Presidente
Adriano Cesar Jucá Rolim	Vice-Presidente
Rodrigo Barbosa Veloso	Membro titular
Adriano Lima Ferreira	Membro titular

Diretoria Executiva

Renato Ribeiro Bortoletti	Diretor Presidente e Diretor Técnico de Engenharia
Fernando Cezar Xavier	Diretor Administrativo-Financeiro e de RI

Contador

Ademir Carbonez	CRC 1SP168398/O-7 SP
-----------------	----------------------

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia" ou "CRO"), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"):

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias") e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. ("OTP").

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de Companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Não houve, até o momento, trânsito em julgado dos

Notas Explicativas

processos administrativos instaurados pela ANTT. Em 08 de agosto de 2019, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela Companhia, proibindo que a ANTT aplique penalidades contratuais, imponha descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda que execute a garantia em desfavor da Concessionária, bem como sejam mantidas as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Companhia excede o seu ativo circulante em R\$ 1.008.778 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 1.025.301), principalmente, em virtude dos financiamentos de curto prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

A Companhia previa em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas.

Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente pela Companhia junto ao BNDES, a Companhia busca atualmente alternativas para a reestruturação de sua dívida por meio da troca de controle e a consequente liberação do financiamento de longo prazo para a conclusão das obrigações previstas no contrato de concessão.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Em dezembro de 2016, a Odebrecht S.A., controladora indireta da Companhia, firmou acordo de leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (MPF) e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do mesmo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. que firmou acordo próprio. Em julho de 2018, a Odebrecht S.A. também celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União (CGU) e com a Advocacia-Geral da União (AGU), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro.

A Companhia possui compromisso de continuamente atuar com transparência e integridade, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas, que zelam pela conduta baseada em princípios e valores éticos, e conta com um sistema de conformidade alinhado com as melhores práticas de mercado desde 2017.

Na medida em que a Companhia e nenhum administrador sofreu condenação, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. A Administração nesse momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão das informações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 13 de março de 2020.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas até o vencimento e encontram-se registrados ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido,

Notas Explicativas

principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2019, compõe parte do saldo da rubrica de “Aplicações financeiras” (nota explicativa nº 9).

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

Em 31 de dezembro de 2019, compreendem a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” (nota explicativa nº 8), “Contas a receber” (nota explicativa nº 10) e “Outros ativos”.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

Notas Explicativas

f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

g) Contrato de concessão

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – “Contratos de Concessão”, é registrada como ativo intangível na medida em que a Concessionária tem acesso para construir e ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de infraestrutura e de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a próxima a zero.

No contrato de concessão no qual a Companhia é parte, o poder concedente não prevê um pagamento monetário pelos serviços de construção e melhorias executados pela concessionária, mas em troca ele concede à entidade um ativo intangível, que é o direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos oferecidos.

A Administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos de prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método da curva de tráfego.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados aos investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

Notas Explicativas

i) Intangível

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 15.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j) Provisão para conserva especial

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

Notas Explicativas

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Provisão para contingências

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais e administrativos regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

l) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

m) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

n) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Notas Explicativas

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

o) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

p) Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e correspondem ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção ICPC 01 – R1

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – “Contratos de construção”.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

Em conformidade com a ICPC 01-R1, quando a Concessionária presta serviços de construção e melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, de acordo com o CPC 17 – “Contratos de construção”. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incertezas significativas na sua realização.

Contabilização de contratos de concessão de acordo com a ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Notas Explicativas

A Administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2019	2018	2019	2018	2019	2018
90.625	95.682	(90.625)	(95.682)	-	-

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, ao rendimento de aplicação financeira.

q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Vexty Previdência (anteriormente denominada Odeprev), entidade fechada de previdência privada. A Vexty Previdência proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty Previdência estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definido, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty Previdência o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – “Benefícios a empregados”.

r) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do integrante, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

Notas Explicativas

s) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018 e Ato Declaratório nº 327, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por se tratar de implantação de empreendimento a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

t) Capitalização dos custos de empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

u) Normas novas que ainda não estão em vigor

O International Accounting Standards Board (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos:

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

O IFRS 9/CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR).

Notas Explicativas

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9/CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

(ii) *Impairment de ativos financeiros*

O IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/ IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A partir de janeiro de 2018, a Companhia aplicou os requisitos de redução ao valor recuperável do IFRS 9/CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável, já que não há evidência de perda de crédito com base no histórico da Companhia.

IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente

O IFRS 15/CPC 47 substituiu as atuais normas para o reconhecimento de receitas, o CPC 30 (R1)/IAS 18 (IASB – BV 2012) – “Receitas” e o CPC 17 (R1)/ IAS 11 – “Contratos de construção” e interpretações e orientações técnicas relacionadas.

O IFRS 15/CPC 47 estabeleceu um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia adotou o IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, não teve impacto significativo na prática contábil atual de avaliação, apuração e reconhecimento das receitas (CPC 30 (R1)/ IAS 18 e CPC 17 (R1)/ IAS 11), relacionadas com os serviços aos usuários e os serviços de construção e melhoria da infraestrutura do contrato de concessão de rodovia, sendo esta última reconhecida historicamente com base na ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 e OCPC 05 – Contratos Concessão. Também não houve alterações nas receitas acessórias de direito de exploração no sistema rodoviário e de outros contratos.

Notas Explicativas

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

O IFRS 16/CPC 06 (R2) estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A estimativa dos efeitos antes apresentada foi apurada considerando as isenções dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor e a abordagem simplificada de reconhecimento dos efeitos cumulativos em prejuízos acumulados, estabelecidas nos Itens 6 a 8, C10(c)(i), C5(b), C6 e C7 do CPC 06 (R2)/IFRS 16, determinando o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento correspondente, contidos nos contratos de arrendamentos operacionais elegíveis pela Companhia para aplicação da referida norma contábil (terrenos, veículos e outros), na qualidade de arrendatária, já que ela não possui contratos de arrendamento como arrendadora nem contratos de arrendamento financeiro como arrendatária.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06/IAS 17).

Na elaboração das informações contábeis, estão efetuadas todas as divulgações exigidas pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, conforme notas explicativas nº 15 e 18.

IFRIC 23/CPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A IFRIC 23/ICPC 22 entrou em vigor para os exercícios anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019 e esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do IAS 12 – Tributos sobre o lucro.

A administração da Companhia concluiu que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e consequentemente na apuração do imposto de renda e da contribuição social, uma vez que os principais processos judiciais, conforme divulgados na nota explicativa nº 21, são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que não” de sustentação nas esferas judiciais.

Notas Explicativas

2.3. Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.4. Reapresentação de saldos de períodos anteriores modificados

Durante o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou operações a luz do IFRS 15/CPC 47 e concluiu que o saldo de obras em andamento do contrato de concessão rodoviária firmado com a ANTT, deve ser reclassificado e apresentado como ativo de contrato, uma vez que o direito de exploração desse ativo está condicionada ao cumprimento de obrigações contratuais de desempenho.

Desta forma, os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil em atendimento às práticas contábeis, conforme demonstrado a seguir:

	Impactos		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Intangível	1.783.013	(128.934)	1.654.079
Ativo de contrato	-	128.934	128.934
	1.783.013	-	1.783.013

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outros similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está

Notas Explicativas

deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros. Para os ativos não financeiros, foi realizado um levantamento de inventário, ensejando em sobras contábeis e físicas, por esse motivo a Administração optou por realizar uma provisão, conforme nota explicativa nº 15. Esses itens serão alvo de um estudo mais aprofundado, o qual definirá a possibilidade de recuperabilidade ou baixa.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme Interpretação Técnica ICPC 01, desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção, motivo pelo qual a Companhia adotou a margem de construção igual a 0 (zero).

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante ao desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2019			
Fornecedores	-	8.923	1.225
Fornecedores - partes relacionadas	12	80.439	-
Mútuos - partes relacionadas	12	-	430.147
Empréstimos e financiamentos	17	1.006.325	-
Em 31 de dezembro de 2018			
Fornecedores	-	15.048	2.772
Fornecedores - partes relacionadas	12	79.523	-
Mútuos - partes relacionadas	12	-	364.593
Empréstimos e financiamentos	17	982.092	-

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no

Notas Explicativas

balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;

- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Com a renovação do empréstimo ponte do BNDES, detalhado na nota explicativa nº 17, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal, utilizando a Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Na nova metodologia, a TLP é composta de uma parcela de juros reais fixa ao longo da vida do contrato, e de uma parcela variável indexada à inflação (IPCA).

Não houve alteração para o empréstimo da CEF, sendo utilizado a TJLP.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Notas Explicativas

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	4,9%	5,1%	5,1%	5,1%	5,2%	5,2%
IPCA (*)	2,2%	3,7%	3,5%	3,4%	3,5%	3,4%

(*) Fonte: Projeção Tendências – 31/12/2019.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e, no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	5,1%	6,4%	7,7%
IPCA (*)	3,3%	4,1%	4,9%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2020 a 2025 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte CEF	mai/20	Alta TJLP	34.370.774	35.121.391	35.141.653

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte BNDES	mai/20	Alta IPCA	56.616.747	62.264.047	67.911.347

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

Notas Explicativas

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

5. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser assim sumarizados:

	Nota	2019	2018
Total dos empréstimos e debêntures	17	1.006.325	982.092
Arrendamento mercantil operacional	18	19.078	-
Caixa e equivalentes de caixa	8	(3.936)	(10.408)
Aplicações Financeiras	9	(81.420)	(25.224)
Dívida líquida		940.047	946.460
Total do patrimônio líquido		305.071	318.191
Total do capital próprio e de terceiros		1.245.118	1.264.651
Índice de alavancagem financeira - %		75%	75%

Notas Explicativas

6. Instrumentos financeiros por categoria

		Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	-	3.936	10.408
Aplicações financeiras	9	81.420	25.224	-	-
Contas a receber	10	-	-	15.173	21.586
Contas a receber - partes relacionadas	12	-	-	382	-
		81.420	25.224	19.491	31.994
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	1.006.325	982.092
Arrendamento mercantil operacional	18	-	-	19.078	-
Fornecedores	-	-	-	10.148	17.820
Fornecedores - partes relacionadas	12	-	-	80.439	79.523
Mútuos - partes relacionadas	12	-	-	430.147	364.593
Outros passivos	20	-	-	2.703	4.672
		-	-	1.548.840	1.448.700

7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2019	2018
Contas a receber		
Pedágios	14.873	16.937
Receitas acessórias	300	4.649
Total de contas a receber	15.173	21.586
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Instituição financeira	81.420	25.224
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	81.420	25.224
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	9	8
Bancos conta movimento	2.757	9.345
Numerários em trânsito	503	442
Fundo de troco	667	613
	3.936	10.408
	85.356	35.632

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa geral	9	8
Numerários em trânsito	503	442
Fundo de troco	667	613
Bancos conta movimento	2.757	9.345
	3.936	10.408

9. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta aplicações financeiras, no montante de R\$ 81.420 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 25.224).

Notas Explicativas

A Companhia mantém o saldo de R\$ 67.197 de aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados as taxas que variam entre 96% a 97% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDIs). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.

Conforme os termos do novo Aditivo Contratual junto a CEF que está em fase de formalização, mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia mantém o montante de R\$ 14.223 em uma "Conta reserva dos juros CEF", operada pelo *Trustee* Banco Itaú, para garantir a liquidação dos juros.

10. Contas a receber

	2019	2018
<i>Automatic Vehicle Identification</i> ("AVI")	12.628	11.953
Vale pedágio	2.245	4.984
Receitas acessórias	300	4.649
	15.173	21.586

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para Perda Esperada de Crédito de Liquidação Duvidosa.

11. Despesas antecipadas

	2019	2018
Seguros a apropriar	6.039	6.933
Despesas com financiamentos e outras	24	731
	6.063	7.664
Ativo circulante	6.063	6.735
Ativo não circulante	-	929

12. Partes relacionadas

	Contas a Receber	Fornecedores	Mútuo	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Em 31 de dezembro de 2018	-	79.523	364.593	3.315	313	52.338
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (i)	382	-	-	1.254	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (ii)	-	74.807	-	-	-	9.971
Odebrecht Rodovias S.A. (iii)	-	-	376.585	-	-	25.073
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	723	-	3.641	-	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (v)	-	4.827	-	-	-	-
Odebrecht Transport S.A. (vi)	-	-	53.562	-	-	3.744
Vexty Previdência ("Vexty") (vii)	-	82	-	-	299	-
Em 31 de dezembro de 2019	382	80.439	430.147	4.895	299	38.788

a) Composição

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo as operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) Refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (Serviços de apoio com suporte em tecnologia da informação) prestados pela CNO.

Notas Explicativas

- (ii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de *Engineering, Procurement and Construction* (EPC), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual OECl, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia.
- (iii) O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice de obras rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos. A contratação da OECl para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Até 31 de março de 2019, este contrato possuía um seguro garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia BR-163/MT. Esse seguro não foi renovado, em virtude da suspensão do contrato EPC.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 9.971 de juros sobre atraso de pagamentos das faturas do contrato EPC, junto ao OECl conforme estabelecido em contrato.

(iv) Odebrecht Rodovias S.A

	2019	2018
Mútuo Rodovias	376.917	314.775
Custos de captação a amortizar (a)	(332)	-
	376.585	314.775

Data do contrato	Nota	Taxa de remuneração	2019	2018
30/12/2015	(a)	125% do CDI	227.483	211.585
23/02/2016	(b)	125% do CDI	29.130	27.094
14/03/2016	(b)	125% do CDI	22.789	21.195
28/03/2016	(b)	125% do CDI	30.204	28.094
08/07/2016	(c)	125% do CDI	28.822	26.807
06/06/2019	(d)	125% do CDI	12.857	-
18/06/2019	(d)	125% do CDI	25.632	-
			376.917	314.775

- a) Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.
- b) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;

Notas Explicativas

- c) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de cessão de créditos com sua controladora direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia. Portanto, a partir desta data, a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias;
- d) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;
- e) Em 06 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora ODBVias, no valor de R\$ 12.353, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto a CEF;
- f) Em 18 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora ODBVias, no valor de R\$ 24.707, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto ao BNDES.

Os mútuos estão subordinados a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo seja quitado com o BNDES primeiro.

O vencimento dos mútuos é indeterminado, conforme último aditivo.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 25.073 de juros sobre os contratos de mútuo com a ODBVias.

- (v) Em 08 de outubro de 2015, a Companhia celebrou contrato de gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas nesse contrato. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e ODBVias assinaram o termo de distrato e encerramento contratual, o qual formaliza o encerramento contratual, tendo em vista a conclusão das obras.

Notas Explicativas

Em 1º de setembro de 2016, a Companhia assinou um acordo de rateio de despesas com a ODBVias para rateio de despesas administrativas e financeiras. O acordo visa evitar o dispêndio excessivo de recursos por parte das empresas envolvidas, considerando que a ODBVias já dispõe de uma estrutura para atuar em negócios e operações em geral, com pessoal especializado e com prestadores de serviços terceirizados, que podem ser compartilhados com as demais empresas envolvidas no acordo.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia assinou contrato de elaboração de projetos de engenharia com a ODBVias, que tem como objeto prestação de serviços de engenharia para elaboração e desenvolvimento de anteprojetos, projetos executivos para as obras de fluidez da rodovia dos Imigrantes – BR-070 e para o Trecho de 108 km entre Cuiabá/MT e Rosário Oeste/MT. Esse contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um bônus de desempenho, caso o projeto executivo final resulte em redução de valores totais de implantação das obras. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas nesse contrato.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia celebrou contrato de gerenciamento, acompanhamento, qualificação e consultoria de engenharia e construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras, os projetos e execução dos serviços de conserva especial e de rotina executados por terceiros contratados pela Companhia e executar orçamentos de obras e custos indiretos, prestação de serviços de consultoria técnica especializada de engenharia e meio ambiente e elaboração de estudos de viabilidade dos investimentos relativos as obras. Esse contrato prevê três naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa”, “remuneração variável” e “remuneração mediante aprovação de orçamento”. A remuneração fixa corresponde ao percentual de 5,29% aplicado sobre os serviços gerenciados discriminados nas ordens de serviço emitida pela ODBVias, será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições elaboradas de acordo com as respectivas ordens de serviço. Remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais.

A remuneração mediante aprovação de orçamento consiste em serviços técnicos especializados prestados pelo corpo técnicos de profissionais especialistas em projetos, soluções de engenharia e orçamentos de obras da ODBVias. Não há garantias previstas neste contrato.

Notas Explicativas

(vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente à locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, série 3, acumulado no período. Em 31 de dezembro de 2019, o passivo total desse contrato, correspondia ao montante de R\$ 4.827. Não há garantias previstas nesse contrato.

(vii) Odebrecht Transport S.A.

Data de liberação	Taxa de remuneração	2019	2018
24/06/2016	125% do CDI	53.562	49.818
		53.562	49.818

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

O mútuo está subordinado a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo seja quitado com o BNDES primeiro.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 3.744 de juros sobre o contrato de mútuo.

(viii) Vexty Previdência refere-se ao plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, totalizaram os montantes de R\$ 2.222 e R\$ 2.538, respectivamente:

	2019	2018
Salários	1.867	1.967
Encargos	253	399
Previdência complementar	48	97
Outros	54	75
	2.222	2.538

Notas Explicativas**13. Imposto de renda e contribuição social diferidos****Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Ativo (passivo) fiscal diferido	2019	2018
Prejuízo fiscal	22.622	22.654
Resultado pré-operacional	3.611	9.794
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(39.941)	(40.490)
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	36.328	31.265
Outras diferenças temporárias	8.334	634
	30.954	23.857

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	2019	2018
2019	-	4.124
2020	772	772
2021	2.424	2.424
2022	10.952	10.952
2023 em diante	8.474	4.382
	22.622	22.654

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização desses créditos fiscais não devem ser tomadas como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

14. Imobilizado**a) Composição**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2019	2018
Equipamentos e instalações	10	601	(260)	341	374
Móveis e utensílios	5 a 10	616	(357)	259	279
Veículos	20	2.482	(795)	1.687	2.138
Computadores e periféricos	5	2.241	(1.800)	441	846
		5.940	(3.212)	2.728	3.637

Notas Explicativas**b) Movimentação**

	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Custo	575	577	2.449	2.241	5.842
Depreciação acumulada	(201)	(298)	(311)	(1.395)	(2.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	374	279	2.138	846	3.637
Adições	26	39	33	-	98
Depreciação	(59)	(59)	(484)	(405)	(1.007)
Saldo contábil	341	259	1.687	441	2.728
Custo	601	616	2.482	2.241	5.940
Depreciação acumulada	(260)	(357)	(795)	(1.800)	(3.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	341	259	1.687	441	2.728
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5 a 10	20	5	

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos períodos, conforme notas explicativas 25 e 26.

15. Intangível**a) Infraestrutura**

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Software	Direito de uso de arrendamento	Redução ao valor recuperável	Total
Custo	893.609	104.181	748.357	975	-	-	1.747.122
Amortização acumulada	(47.486)	(10.628)	(34.507)	(422)	-	-	(93.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	846.123	93.553	713.850	553	-	-	1.654.079
Reconhecimento inicial do custo	-	-	-	-	14.607	-	14.607
Reconhecimento inicial da amortização	-	-	-	-	(1.719)	-	(1.719)
Transferência	20.570	5.954	53.748	-	-	-	80.272
Adições	37.038	4.342	17.126	9	14.302	(12.014)	60.803
Amortização	(18.784)	(3.757)	(15.970)	(188)	(9.237)	-	(47.936)
Baixas	-	(73)	-	-	-	-	(73)
Saldo contábil	884.947	100.019	768.754	374	17.953	(12.014)	1.760.033
Custo	951.215	114.304	819.231	984	28.909	-	1.914.643
Amortização	(66.268)	(14.285)	(50.477)	(610)	(10.956)	-	(142.596)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884.947	100.019	768.754	374	17.953	(12.014)	1.760.033
Taxas anuais de amortização (%) (ii)	20						

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi realizado um levantamento de inventário, o qual ensejou em sobras contábeis e físicas, que motivou a realização de uma provisão de redução ao valor recuperável. Esses itens serão alvo de um estudo mais aprofundado, o qual definirá a possibilidade de recuperabilidade ou baixa.

(ii) Os demais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

Notas Explicativas

O intangível referente à infraestrutura são os custos dos investimentos da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de recuperação, operação, melhoramentos e intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Essa projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, refere-se à ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – “Contrato de concessão”. O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica “Recuperação” consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica “Operação” consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica “Melhoramentos” consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

b) Direito de uso sobre arrendamento

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Reconhecimento inicial de direito de uso sobre arrendamento operacional	14.607
Adições de novos contratos de direito de uso sobre arrendamento operacional	14.302
Reconhecimento inicial da amortização de direito de uso sobre arrendamento operacional	(1.719)
Amortização dos contratos de arrendamento operacional (*)	(9.237)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.953

(*) Do montante de R\$ 9.237, foram capitalizados ao ativo intangível, custos de amortização no montante de R\$ 2.929, no período findo de 31 de dezembro de 2019.

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos períodos, conforme notas explicativas 25 e 26.

Notas Explicativas**16. Ativo de contrato**

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo	17.500	1.220	37.310	72.904	128.934
Saldo em 31 de dezembro de 2018	17.500	1.220	37.310	72.904	128.934
Adoção inicial IFRS-16	266	-	-	-	266
Adições	8.802	4.761	18.556	2.784	34.903
Transferência	(20.570)	(5.954)	(53.748)	-	(80.272)
Baixas	-	-	-	(610)	(610)
Saldo contábil	5.998	27	2.118	75.078	83.221
Custo	5.998	27	2.118	75.078	83.221
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.998	27	2.118	75.078	83.221

O IFRS 15 (CPC 47), estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

17. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2019	2018
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TLP + 2,9%	642.061	663.921
Empréstimo Caixa Econômica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	383.345	331.985
Custos de captação a amortizar (d)	R\$	-	(19.081)	(13.814)
			1.006.325	982.092

a) Movimentação

	2019	2018
Saldo no início do exercício	982.092	983.442
Juros provisionados	127.878	97.753
Juros pagos	(62.014)	(97.646)
Amortização do principal	(36.364)	-
Custo de transação	(43.509)	(47.490)
Amortização do custo de transação	38.242	46.033
Saldo no final do exercício	1.006.325	982.092

Notas Explicativas

b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1, no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,9% a.a., acima da TJLP.

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: **(i)** prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e **(ii)** data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: **(i)** prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 para 15 de abril de 2016; e **(ii)** data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 para 08 de maio de 2016.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias e da OTP na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do contrato de prestação de garantia.

Em 22 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 29 de julho de 2016 para 14 de novembro de 2016. Em paralelo, em 26 de julho de 2016, celebrou aditivo do contrato de prestação de garantias junto aos bancos fiadores, em que foi prevista a constituição de uma conta "Reserva" com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016. Já a amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES seria realizada em parcela única.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 14 de novembro de 2016 para 15 de fevereiro de 2017. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em novembro de 2016, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde 15 de maio de 2016, no montante de R\$ 31.664, que estavam depositados em conta "Reserva", além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A partir desta alteração nas obrigações da Companhia, deixou de ser necessária a continuidade da realização de depósitos na conta reserva constituída junto aos bancos fiadores.

Notas Explicativas

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de fevereiro de 2017 para 15 de maio de 2017.

Em 15 de maio de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de maio de 2017 para 15 de agosto de 2017, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes. Mediante ao cumprimento de exigências previstas no contrato em questão, a Companhia obteve a prorrogação automática do vencimento da dívida para 15 de novembro de 2017.

Em 15 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de novembro de 2017 para 15 de fevereiro de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 15 de fevereiro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de fevereiro de 2018 para 15 de maio de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 15 de maio de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES com as condições, para: **(i)** substituir no âmbito do contrato de financiamento Ponte BNDES, a partir de 15 de maio de 2018, a metodologia de cálculo dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal, utilizando-se da Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); **(ii)** prorrogar a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, de 15 de maio de 2018 para 15 de agosto de 2018; **(iii)** prorrogar automaticamente a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, para 15 de novembro de 2018, desde que ocorra a apresentação da prorrogação das cartas de fiança ou renovação das Cartas de Fiança vigentes, com validade e vigência, no mínimo, até 15 de dezembro de 2018.

Em 15 de novembro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de novembro de 2018 para 15 de maio de 2019.

Em 15 de maio de 2019, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de maio de 2019 para 15 de maio de 2020, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 18 de junho de 2019, a Companhia pagou um montante de R\$ 24.243 ao BNDES como amortização do principal do empréstimo ponte.

O saldo atualizado dos contratos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 622.980.

Notas Explicativas

c) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. O vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças junto aos bancos fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade de a Companhia constituir uma conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do empréstimo ponte junto à CEF desde 1º de agosto de 2016.

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES. Nesse aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em março de 2017, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde agosto de 2016 no montante de R\$ 21.120, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal.

A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente será efetuada a partir dos depósitos na conta “Reserva” constituída junto à CEF.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2017 para 20 de novembro de 2017, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 20 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro 2017 para 20 de maio de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Notas Explicativas

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro de 2018 para 20 de maio de 2019, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES (15 de maio de 2020). A Companhia já acordou com a CEF os termos do novo aditivo contratual e está em fase de formalização. Seguem os termos da negociação:

- (i) Prorrogação do prazo de vencimento para 20 de maio de 2020;
- (ii) Alteração da taxa de juros de TJLP + 3,5% a.a. para CDI + 5,2% a.a., a partir de 20 de agosto de 2019;
- (iii) Amortização de 3,5% a.a. do saldo devedor, a partir de 20 de agosto de 2019.

Em 06 de junho de 2019, a Companhia pagou um montante de R\$ 12.121 à CEF como amortização do principal do empréstimo ponte.

O saldo atualizado do contrato em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 383.345.

d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			2019	2018
	CEF	BNDES	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.341	12.473	13.814	12.357
Custos incorridos	32	43.477	43.509	47.490
(-) Amortizações	(1.369)	(36.873)	(38.242)	(46.033)
Saldo no final do exercício	4	19.077	19.081	13.814

e) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("fiadores"). Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Em 06 de maio de 2016 a ODBVias e a OTP assinaram carta de fiança corporativa em favor dos fiadores perante o contrato de prestação de garantias. Essa fiança garante aos fiadores o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias do contrato de prestação de garantias.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

f) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas**18. Arrendamento mercantil operacional**

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Reconhecimento inicial	1.786	11.602	13.388
Adições	-	14.302	14.302
Baixas	(468)	(9.295)	(9.763)
Apropriação de juros	75	1.076	1.151
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.393	17.685	19.078
Passivo circulante	633	10.833	11.466
Passivo não circulante	760	6.852	7.612

Foram acrescidos aos ativos intangíveis os encargos financeiros no montante de R\$ 446 em 31 de dezembro de 2019.

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9% a.a..

19. Obrigações sociais e trabalhistas

	2019	2018
Encargos sociais e trabalhistas	3.271	3.614
Participação nos lucros e resultados	4.178	3.685
	7.449	7.299

20. Outros passivos

	2019	2018
Seguros a pagar	380	3.171
Verbas do contrato de concessão	1.855	1.386
Outras contas a pagar	468	115
	2.703	4.672

21. Provisão para contingências

	2019	2018
Reclamações cíveis	2.395	349
Reclamações trabalhistas	18	32
Outras	2.728	-
	5.141	381

A Companhia tem ações de naturezas cíveis no montante de R\$ 9.951 e trabalhista no montante de R\$ 1.370, totalizando o montante de R\$ 11.321, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 14.673).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta R\$ 356 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 1.601) na rubrica de “Depósitos judiciais” referente aos processos de ações trabalhistas e cíveis.

A administração da Companhia registrou contabilmente o valor de R\$ 2.728 a título de outras contingências, referente montante da perda estimada decorrente do procedimento interno de verificação de suposta não conformidade. A administração, com base nas informações disponíveis, entende que este valor é suficiente para mensurar os impactos patrimoniais da Companhia, em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas**22. Provisão para conserva especial****a) Composição**

	2019	2018
Provisão de conserva especial	121.890	101.018
	121.890	101.018

b) Movimentação

	2019	2018
Saldo inicial	101.018	40.979
Provisão de conserva especial	18.905	74.806
Constituição de provisão ajuste a valor presente	1.967	(14.767)
Saldo final	121.890	101.018

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 121.890 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 101.018) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados a valor presente de 10,87% a.a.(31 de dezembro de 2018 – 10,47% a.a.) e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

A Companhia está em negociação junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres para a postergação dos investimentos previstos no contrato de concessão, em especial as obras de duplicação e melhorias, por meio da revisão quinquenal prevista em regulamento próprio da ANTT.

O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação em discussão impacta diretamente na curva de conserva especial.

Assim, optou-se por reduzir o período de análise dos ciclos de conserva especial, inicialmente de 30 anos (prazo da Concessão) para 06 anos, para obter-se a melhor estimativa para a referida provisão. Haverá apenas um ciclo de conserva especial no trecho já duplicado pela Companhia no referido período.

23. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 363.558, representado por 363.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista ODBVias.

Notas Explicativas

b) Reserva de incentivos fiscais

Consoante Lei Complementar nº 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), constante do Processo Administrativo Fiscal nº 59004.002543/2018-10.

O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura – transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia encerrou o exercício com prejuízo, portanto, não teve base para cálculo da Reserva de Incentivos Fiscais. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou o montante de R\$ 388.

24. Receita Líquida

	2019	2018
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	90.625	95.682
Receitas em numerário	140.453	142.106
Receitas de AVI (<i>"Automatic Vehicle Identification"</i>) (ii)	213.843	173.076
Receitas de vale pedágio (iii)	86.817	109.320
Receitas acessórias	5.060	11.793
Receita de Subvenção Governamental (iv)	-	388
Receita de operação	446.173	436.683
Receita total	536.798	532.365
Tributos sobre serviços de operação	(37.294)	(37.452)
Outras deduções	(18)	(17)
	499.486	494.896

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia reconheceu, R\$ 90.625 e R\$ 95.682, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura. A redução do valor da receita de construção, quando comparada com o período anterior refere-se basicamente à suspensão das obras de duplicação em decorrência da não liberação do financiamento de longo prazo;
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento *"Automatic Vehicle Identification"* (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans);
- (iv) A Companhia reconheceu uma receita de subvenção governamental referente ao direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não-restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração.

Notas Explicativas**25. Custo dos serviços**

	2019	2018
Depreciação e amortização	(44.333)	(34.985)
Salários e encargos	(32.277)	(30.905)
Gastos gerais	(16.528)	(13.773)
Serviços de terceiros	(38.075)	(52.224)
Seguros	(15.703)	(14.589)
Provisão para conserva especial	(14.894)	(53.579)
Materiais	(12.475)	(12.328)
Aluguéis	(215)	(909)
	(174.500)	(213.292)
Custo de construção ICPC 01-R1	(90.625)	(95.682)
	(265.125)	(308.974)

26. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Salários e encargos	(11.377)	(9.354)
Serviços de terceiros	(6.964)	(5.854)
Depreciação e amortização	(1.681)	(480)
Materiais e equipamentos	(662)	(986)
Despesa com veículos	(204)	(302)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(1.619)	(1.793)
Despesas com viagens	(464)	(466)
Provisão para contingências	(4.760)	118
Gastos gerais	(585)	(2.528)
	(28.316)	(21.645)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2019	2018
Custo na venda de imobilizado	(12.088)	(1.537)
Receita na venda de imobilizado	-	1.633
Venda de sucata	2	334
Outras receitas	-	549
	(12.086)	979

28. Resultado financeiro, líquido

	2019	2018
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(125.601)	(89.467)
Arrendamento mercantil operacional	(690)	-
Juros sobre mútuos	(28.817)	(27.295)
Custos de transação	(37.959)	(46.333)
Juros sobre atraso	(16.519)	(26.379)
IOF	-	(51)
Ajuste a valor presente	(5.978)	(6.460)
Outras	(1.672)	(2.862)
	(217.236)	(198.847)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.752	1.690
Outras	594	326
	3.346	2.016
Resultado financeiro, líquido	(213.890)	(196.831)

29. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

Notas Explicativas

	2019	2018
Resultado antes dos impostos	(19.931)	(31.575)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	6.777	10.736
Exclusões permanentes, líquidas	188	112
Efeito IR e CSLL no resultado	6.965	10.848
IR e CSLL corrente	(52)	(584)
IR e CSLL diferido	7.017	11.432
Total de IR e CSLL diferidos	6.965	10.848

Conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018 e Ato Declaratório nº 327, de 31 de dezembro de 2018, a Companhia passou a operar de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro 2027 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O incentivo foi calculado, e classificado como Receita de Subvenção Governamental e representou uma redução de R\$ 388 sobre o débito apurado de IRPJ a pagar em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não teve lucro para evidenciar o reconhecimento da receita de subvenção governamental.

30. Prejuízo básico

O prejuízo básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019:

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(12.966)	(20.727)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	363.558	363.558
Prejuízo básico por lote de mil ações	(35,66)	(57,01)

31. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa dos períodos findos em 31 de dezembro 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	2019	2018
Fornecedores	(610)	8.483
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(610)	8.483
Mútuo	24.243	-
Financiamento BNDES (Pagamento principal)	(24.243)	-
Reconhecimento inicial IFRS	13.388	-
Arrendamento Operacional	13.856	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	27.244	-
Ativo de contrato	1.056	(8.483)
Reconhecimento inicial IFRS	(13.388)	-
Arrendamento Operacional	(14.302)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(26.634)	(8.483)

Notas Explicativas

32. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do contrato de concessão, onde são exigidos: **(i)** seguro de danos materiais; **(ii)** seguro de responsabilidade civil; e **(iii)** seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Garantia de concessões públicas	366.793	mar/19 a mar/20
Risco operacional	350.000	dez/18 a jun/20
Responsabilidade civil	80.000	dez/19 a dez/21
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/19 a abr/20
Seguro de veículos	(*)	set/19 a set/20
Responsabilidade civil - Engenharia	(**)	mai/14 a mai/18
Risco de engenharia + ALOP	(***)	mai/14 a mar/19

(*) 100% a 110% da tabela FIPE;

(**) Cancelamento da apólice de Responsabilidade Civil de Engenharia após anuência da ANTT para transferência da cobertura para apólice de Responsabilidade Civil Geral enquanto as obras de ampliação encontram-se interrompidas.

(***) As coberturas de Riscos de Engenharia e ALOP (RE) venceram em março/2019, visto que esta apólice foi contratada para as obras de duplicação e recuperação das pistas existentes, as quais se encontravam paralisadas desde 2016. Essa condição de obras paralisadas se estendeu até mar/2019 (vigência da apólice) e não foi prorrogada, pois foi adquirido cobertura para o canteiro de obras (único bem que estava sendo coberto pela apólice de Riscos de Engenharia na época) na apólice de riscos operacionais.

33. Eventos subsequentes

A Companhia está discutindo a celebração de um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-Rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto ao Crédito Agrícola, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como atuais fiadores e futuros credores do empréstimo contratado junto ao BNDES.

Com a paralisação de vários setores produtivos e a fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do coronavírus (COVID-19), a Companhia estima uma possível redução na sua receita líquida. Ainda não foi possível mensurar tal impacto que se dará decorrente da diminuição do tráfego da rodovia.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante em R\$ 1.008.778 mil decorrente da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1 às demonstrações contábeis, a Companhia busca atualmente alternativas para a reestruturação da sua dívida por meio da troca de controle e a consequente liberação de novos empréstimos e financiamentos de longo prazo, para reequilíbrio dessa situação. A eventual não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e seu respectivo plano de investimentos e de seus negócios. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 não contém ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto, e nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Ênfases

Autos de infração – ANTT

Conforme Nota Explicativa no 1 às demonstrações contábeis, a Companhia possui autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), onde a Agência alega o descumprimento pela Concessionária de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), que segundo a ANTT, foram evidenciadas pela redução do valor da Receita de Construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, quando comparada com o exercício anterior, em função da suspensão das obras de duplicação devido a não liberação do financiamento de longo prazo, conforme mencionado na Nota Explicativa no 24 (i) às demonstrações contábeis. Até a presente data, não houve discussão na esfera judicial do referidos processos, estando os mesmos sendo discutidos nas esferas administrativas com a ANTT. As penalidades, se impostas, ou se forem confirmadas podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive, câmaras de arbitragem, segundo os assessores legais da Companhia. Considerando as incertezas que envolvem o assunto, até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de infração e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme descrito na Nota Explicativa no 2.4, a Companhia procedeu reclassificação de determinados valores, anteriormente classificados na rubrica de ativo intangível, para rubrica de ativos de contrato, ambos no ativo não circulante, visando permitir comparabilidade e adequar a contabilização de determinadas obras em andamento ao CPC 47 – Receitas de contrato com cliente e ICPC 01 – Contrato de concessão. Como consequência, os valores correspondentes das rubricas de intangível e ativo de contrato, classificados no ativo não circulante, foram reclassificados entre as referidas rubricas, conforme determina os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ativo intangível – Reconhecimento inicial do custo**Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA**

Conforme apresentado na Nota Explicativa no 2.2, item i (i) às demonstrações contábeis, a Companhia reconhece o ativo intangível referente aos gastos de recuperação, construções e melhorias realizados no trecho rodoviário sobre Concessão. Em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 e esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento ao Contrato de Concessão e não são registrados como ativo imobilizado, tendo em vista que o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. As adições desses gastos realizadas no ativo intangível repercutem na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa no 2.2 p (ii) às demonstrações contábeis. Em decorrência de ser uma área de risco e de valores significativos, consideramos novamente neste exercício este assunto como PAA, devido a possibilidade de ocorrência de erros no registro e valorização do ativo intangível que podem apresentar riscos significantes de distorções materiais nas demonstrações contábeis, como erros nos valores que seriam elegíveis a serem capitalizados e respectiva amortização. A apresentação sobre o ativo intangível é realizada na Nota Explicativa no 15 e os efeitos do reconhecimento de receitas e custos de construção são apresentados nas Notas Explicativas nos 24 e 25 às demonstrações contábeis, respectivamente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos os controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento inicial dos valores registrados no ativo intangível e sua respectiva amortização, bem como realizamos procedimentos substantivos de testes documentais, em base de amostragem, para avaliação da natureza e dos valores capitalizados como ativo intangível. Com referência às adições dos itens registrados no ativo intangível, utilizamos o método de seleção estatística através do razão contábil da conta do ativo intangível para realização dos testes substantivos para evidenciar a integridade do custo registrado e realizamos testes de recálculo da amortização. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios para capitalização e amortização do ativo intangível estão aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Alavancagem financeira e risco de liquidez e continuidade**Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA**

Parte substancial dos recursos e investimentos necessários para atendimento do plano de negócios no âmbito do Contrato de Concessão são oriundos de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2019, o valor dos empréstimos, integralmente reconhecidos no passivo circulante era de R\$ 1.006.325 mil (Nota Explicativa nº 17). Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia encontra-se em negociação com instituições financeiras para a contratação de novos empréstimos e financiamentos de longo prazo, para reequilíbrio dessa situação financeira e patrimonial. Diante da situação apresentada este tema foi considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria devido sua relevância para a continuidade das operações da Companhia e representatividade das dívidas em relação às demonstrações contábeis como um todo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a discussão com a Administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para renegociação das dívidas, testes substantivos na movimentação do saldo de empréstimos, adições, amortizações, recálculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação, confirmação dos saldos junto aos credores dos empréstimos, análise e testes de aderência com referência às cláusulas contratuais de covenants e restritivas, e análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento dos empréstimos foram apropriadamente tratados e divulgados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia;
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenha sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 13 de março de 2020

Edinilson Attizani

CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Cuiabá, 13 de março de 2020.

Renato Ribeiro Bortoletti

Diretor Presidente e Diretor Técnico de Engenharia

Fernando Cezar Xavier

Diretor Administrativo-Financeiro e de RI

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com o relatório do Auditor Independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Cuiabá, 13 de março de 2020.

Renato Ribeiro Bortoletti

Diretor Presidente e Diretor Técnico de Engenharia

Fernando Cezar Xavier

Diretor Administrativo-Financeiro e de RI